
Editais Cátedras Brasil 2025

Parceria com o **MIR** e o **MDS**

ENAP

Programa **CÁTEDRAS** 2025





O que é o Cátedras Brasil?

Iniciativa da Enap que concede bolsa de estudo, por meio de processo seletivo de proposta de pesquisa científica, visando a produção de *policy papers* com evidências e análises voltadas à melhoria da gestão e ao desenvolvimento de políticas públicas.

Valor e duração das bolsas

O valor mensal da bolsa é de **R\$ 4.500,00** (quatro mil e quinhentos reais), concedida por 6 (seis) meses.

Prorrogação de bolsas

A bolsa não pode ser prorrogada, mas é possível adiar em até 1 (um) mês no prazo de entrega dos produtos finais em casos excepcionais a serem analisados pela Enap.

Quem pode participar

- Pesquisadores, mestres ou doutores de qualquer área do conhecimento, com titulação outorgada por curso reconhecido nacionalmente ou por curso no exterior, desde que devidamente revalidados por universidade brasileira regularmente credenciada, que possua programa de pós-graduação reconhecido e com nível e área de conhecimento equivalentes ao do título.
- Pesquisadores, servidores públicos ou não, com currículo atualizado na Plataforma Lattes
- É vedada a participação de pesquisadores atualmente beneficiários de pesquisa da Enap ou que tenham sido contemplados nos últimos 24 meses.

Quais áreas temáticas estão contempladas?

Em 2025, serão sete áreas temáticas para pesquisa, divididas em dois eixos temáticos.

Eixo Temático 1 - Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, de Combate à Discriminação e de Fortalecimento do SINAPIR - Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial

1.1 - Redes Antirracistas

O Ministério da Igualdade Racial desenvolve, junto a instituições de ensino superior, o programa Redes Antirracistas. As atividades de pesquisa, ensino e extensão desempenham papel estratégico no enfrentamento ao racismo, ao oferecer soluções, evidências e formação de profissionais comprometidos com a equidade racial. Ao mesmo tempo, o fortalecimento das capacidades estatais é uma demanda crescente da sociedade e da burocracia, especialmente em áreas como as políticas de igualdade racial, que enfrentam desafios históricos de institucionalização, baixa continuidade administrativa e limitada trajetória estatal. Nesse cenário, torna-se relevante investigar como a articulação entre academia e gestão pública pode contribuir para o aprimoramento das políticas de promoção da igualdade racial. A linha de pesquisa propõe analisar os mecanismos dessa articulação, identificando potencialidades e obstáculos na troca de saberes e práticas entre universidades e órgãos públicos. O estudo deve abranger tanto políticas focalizadas (como ações afirmativas) quanto universais, considerando a transversalidade racial como princípio orientador. O objetivo é construir um referencial que permita contribuir para efetividade da colaboração universidade-governo, os impactos na formação de quadros técnicos, a produção de evidências aplicadas à gestão e os caminhos para consolidar práticas antirracistas no Estado brasileiro.

Questões:

Quais são as principais estratégias de articulação e transferência de conhecimento entre academia e gestão pública e como elas se apresentam no campo da igualdade racial? Quais são os principais desafios e potencialidades? Quais recomendações para políticas de fortalecimento das capacidades estatais em igualdade racial considerando o estímulo e participação de grupos de pesquisa, pesquisadores, atividades de ensino e extensão em instituições brasileiras?

Vagas disponíveis:

Uma vaga.

1.2 - Racismo Ambiental e Justiça Climática: políticas públicas, territórios e saberes tradicionais na promoção da equidade racial.

O racismo ambiental é uma forma estrutural de desigualdade que se manifesta na exposição desproporcional de populações negras, indígenas, quilombolas, ciganas e comunidades de terreiro de matriz africana aos impactos ambientais negativos. Essas populações também enfrentam exclusão histórica dos processos decisórios sobre o uso e gestão dos territórios e dos recursos naturais. No Brasil, essas desigualdades se expressam em áreas urbanas periféricas, comunidades rurais e tradicionais, e em territórios afetados por grandes empreendimentos e pelas mudanças climáticas. Apesar disso, emergem experiências locais que articulam saberes ancestrais, práticas sustentáveis e estratégias de resistência frente à degradação ambiental e às injustiças territoriais, ainda pouco reconhecidas pelas políticas públicas. Diante desse cenário, a pesquisa deve buscar compreender o racismo ambiental como um fenômeno intersetorial, promovendo o diálogo entre academia, Estado e comunidades tradicionais, especialmente as de terreiro, visando identificar estratégias de resistência e produção de conhecimento que contribuam para o monitoramento contínuo e o aprimoramento das ações voltadas à equidade territorial e ambiental. Os resultados esperados incluem o fortalecimento das capacidades institucionais para enfrentar o racismo ambiental e religioso, a construção de metodologias participativas e decoloniais, e a formulação de políticas públicas de justiça ambiental e climática com enfoque racial.

Questões:

Como o racismo ambiental se manifesta nas políticas públicas e nas práticas de gestão territorial e ambiental no Brasil, afetando especialmente as populações negras de terreiro? Quais são as estratégias de resistência, cuidado e sustentabilidade desenvolvidas por comunidades de terreiro frente às desigualdades e injustiças ambientais? De que forma a articulação entre academia, Estado e movimentos sociais pode contribuir para a formulação e implementação de políticas de justiça ambiental e climática com enfoque para as comunidades tradicionais de Terreiros? Quais instrumentos, indicadores e mecanismos institucionais podem fortalecer a transversalidade racial e religioso nas políticas de meio ambiente, clima e desenvolvimento sustentável? Como metodologias participativas e ancestrais, baseadas nos saberes e práticas tradicionais, podem orientar o enfrentamento ao racismo ambiental e racismo religioso nas esferas local, regional e nacional?

Vagas disponíveis:

Uma vaga.



1.3 - Governança Orçamentária Interministerial no Plano Juventude Negra Viva

O Plano Juventude Negra Viva (PJNV) é uma política pública transversal voltada à promoção da igualdade racial e à garantia de direitos da juventude negra no Brasil. Compartilhado entre 18 ministérios e entes federativos, o plano articula ações em áreas como segurança pública, educação, cultura, trabalho, renda e saúde. Sua complexidade intersetorial e a diversidade temática tornam a governança orçamentária um dos principais desafios para a efetividade da política e para o alcance de seus resultados estruturantes. O estudo deve contribuir para o funcionamento da execução orçamentária interministerial do PJNV, com foco nos arranjos administrativos e institucionais que sustentam o fluxo de recursos e decisões entre os órgãos envolvidos. Além disso, deve contemplar os mecanismos de alocação, coordenação e monitoramento existentes, analisando em que medida favorecem ou dificultam a integração orçamentária e de resultados. Também é necessário examinar os desafios técnicos, políticos e institucionais que limitam a implementação das ações planejadas. O estudo deve considerar o contexto federativo e as dinâmicas de cooperação entre os entes, além de explorar o papel da desagregação de dados raciais, da transparência e da accountability como pilares para uma gestão orientada por evidências. Os resultados devem subsidiar diretrizes para fortalecer a capacidade estatal e ampliar a eficiência dos investimentos públicos voltados à juventude negra.

Questões:

Quais arranjos de governança sustentam a coordenação orçamentária interministerial do PJNV, considerando a alocação e efetividade dos recursos destinados às políticas para a juventude negra? Como se distribuem os recursos entre os eixos e ministérios, e em que medida essa distribuição reflete as prioridades do plano e as demandas da juventude negra? Quais fatores contribuem para a execução orçamentária e na convergência de resultados? Que estratégias podem ser adotadas para fortalecer a capacidade institucional do Ministério da Igualdade Racial (MIR) na condução transversal do PJNV? Como a desagregação dos dados por meio de marcadores raciais podem contribuir para a efetivação da política pública de igualdade racial?

Vagas disponíveis:

Uma vaga.



1.4 - Direito à Terra e Regularização Fundiária: um diagnóstico dos processos de titulação das comunidades quilombolas no Brasil

O Programa Aquilomba Brasil, especialmente em seu eixo “Acesso à Terra”, orienta a execução e o acompanhamento dos trâmites necessários para a titulação coletiva das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas. A titulação é considerada essencial para garantir a reprodução física, social e cultural dessas comunidades, além de viabilizar alternativas de desenvolvimento territorial. Considerando essa política, o estudo deve contemplar a análise do direito à terra das comunidades quilombolas no Brasil, com foco nos processos de regularização fundiária. Os resultados da pesquisa devem contribuir para o fortalecimento da transparência e do controle social sobre os processos de regularização fundiária, sistematizando dados sobre o andamento dos processos em cada estado, os órgãos responsáveis, os títulos emitidos e os casos paralisados. Espera-se que os resultados permitam às comunidades quilombolas e aos movimentos sociais cobrarem ações do Estado, mobilizarem a sociedade civil e proporem estratégias para acelerar os processos, como mutirões e parcerias com universidades e ONGs. O diagnóstico também deve contribuir políticas públicas complementares e promover o protagonismo quilombola, funcionando como instrumento contínuo de monitoramento e avaliação, para o aprimoramento das ações voltadas à titulação e ao desenvolvimento dos territórios quilombolas.

Questões:

Como o Programa Aquilomba Brasil, especialmente em seu eixo “Acesso à Terra”, tem influenciado os processos de regularização fundiária e a efetivação do direito constitucional ao território quilombola? Quais são os principais entraves institucionais, técnicos e políticos que afetam o andamento dos processos de titulação, e como a sistematização de dados pode contribuir para a transparência, o controle social e a aceleração desses processos? De que forma o diagnóstico territorial pode subsidiar políticas públicas complementares e fortalecer o protagonismo das comunidades quilombolas na reivindicação de seus direitos, na articulação com a sociedade civil e na construção de estratégias de desenvolvimento territorial integrado?

Vagas disponíveis:

Uma vaga.



EIXO TEMÁTICO 2 – Políticas Públicas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

2.1 - Programa Cisternas

O Programa Cisternas tem como objetivo garantir o acesso à água como direito fundamental, por meio da implementação de tecnologias sociais em regiões afetadas pela seca ou escassez hídrica. Uma de suas ações mais relevantes é voltada ao atendimento de escolas públicas rurais, especialmente no semiárido brasileiro, abrangendo o Nordeste e o norte de Minas Gerais. Essas escolas enfrentam desafios como a falta de saneamento básico e água potável, agravados por fatores geográficos e socioeconômicos. Desde 2012, mais de 8.500 cisternas escolares foram instaladas, mas seus impactos ainda carecem de avaliação aprofundada. A avaliação deve analisar os múltiplos efeitos do Programa e da implantação de cisternas escolares sobre seus beneficiários, subsidiando decisões estratégicas sobre a sua continuidade e expansão, especialmente de sua ação voltada para escolas públicas, dada sua relevância social e o risco histórico de descontinuidade política. Os resultados devem subsidiar a tomada de decisões estratégicas relacionadas à continuidade e expansão do Programa Cisternas, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à educação rural e à segurança hídrica. Os critérios para avaliar o desempenho e os resultados do Programa incluem: (i) eficiência, custo-benefício e sustentabilidade das tecnologias implantadas; (ii) redução da vulnerabilidade hídrica; (iii) probabilidade de fechamento de escolas rurais; (iv) efeitos sobre o desempenho escolar; (v) evasão escolar; (vi) níveis de insegurança alimentar; e (vii) distorção idade-série. Será facilitado o acesso a bases como SIG Cisternas, CadÚnico, Censo IBGE e Censo Escolar.

Questões:

Quais são os impactos da implementação de cisternas escolares sobre a vulnerabilidade hídrica e a segurança alimentar nas comunidades atendidas pelo Programa Cisternas? De que forma a presença de cisternas escolares influencia indicadores educacionais como desempenho escolar, evasão e distorção idade-série em escolas públicas rurais? Qual é a eficiência, o custo-benefício e a sustentabilidade das tecnologias sociais implantadas pelo Programa Cisternas em escolas públicas rurais? Como a instalação de cisternas escolares pode contribuir para a qualidade e a oferta educacional em áreas vulneráveis?

Vagas disponíveis:

Uma vaga.



2.2 - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública federal que visa promover o acesso à alimentação adequada e saudável por meio da compra de alimentos da agricultura familiar, destinados gratuitamente a pessoas em situação de vulnerabilidade e à rede de assistência social. Criado em 2007, o programa foi reformulado em 2023 pela Lei nº 14.628 e regulamentado pelo Decreto nº 11.802, ampliando o atendimento a povos e comunidades tradicionais (PCTs). A avaliação deve analisar se a priorização dos PCTs, introduzida pelas mudanças normativas de 2023, está sendo efetiva para ampliação da participação desses grupos no Programa, bem como para inclusão socioproductiva, segurança alimentar e fortalecimento organizativo local. Os resultados devem subsidiar o aperfeiçoamento das normas e da gestão do PAA, subsidiar processos decisórios, assegurar inovações, fortalecer a transparência e o controle social, e aprimorar os instrumentos de monitoramento e registro, especialmente em relação ao público beneficiário receptor. Os critérios de avaliação devem incluir a observação de: i) indicadores da inclusão de povos e comunidades tradicionais; ii) indicadores de insegurança alimentar e nutricional; iii) indicadores de equidade, especialmente de gênero e territorial; iv) indicadores ou aspectos de adaptação da gestão e implementação do PAA às especificidades culturais e produtivas dos PCT.

Questões:

A priorização dos povos e comunidades tradicionais (PCTs) no PAA, após as mudanças normativas de 2023, tem resultado em maior participação desses grupos no programa? Quais são os efeitos da participação dos PCTs no PAA sobre a inclusão socioproductiva, a segurança alimentar e o fortalecimento organizativo local? Houve aumento da inclusão de povos e comunidades tradicionais? O PAA promoveu a redução da insegurança alimentar e nutricional nesse público? Houve promoção de equidade, especialmente de gênero e territorial? O PAA tem se mostrado capaz de adaptar sua gestão e implementação às especificidades culturais, produtivas e territoriais dos PCTs?

Vagas disponíveis:

Uma vaga.



2.3 - Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família (PBF) é a maior política de transferência de renda do Brasil. Em 2023, foi relançado pela Lei nº 14.601 com um novo desenho que busca maior equidade e proteção às famílias, considerando tamanho e características familiares, com foco na primeira infância. Além da transferência de renda, o programa visa integrar políticas públicas, promovendo cidadania e dignidade por meio de ações complementares em áreas como esporte, ciência e trabalho. A avaliação deve analisar a efetividade do novo modelo do PBF na redução da pobreza e da desigualdade social, especialmente a multidimensional, e seus efeitos sobre a mobilidade social dos beneficiários. Espera-se que os resultados subsidiem o aprimoramento do desenho e da gestão do programa, fortaleçam a tomada de decisão informada por evidências e qualifiquem o debate público sobre seus impactos. A avaliação deve considerar critérios como equidade de gênero, raça/etnia e região, além da aderência do novo modelo às evidências de avaliações anteriores. Recomenda-se o uso combinado de métodos quantitativos e qualitativos, será facilitado o acesso a bases como CadÚnico, Folha de Pagamentos do PBF, Sistema de Condicionalidades, PNAD, CAGED, Censo Demográfico e dados dos Ministérios da Saúde e da Educação.

Questões:

O novo desenho do PBF é mais efetivo na redução das desigualdades sociais e na pobreza multidimensional em relação aos modelos anteriores de transferência de Renda? Quais são os efeitos do novo desenho do PBF nas desigualdades sociais e na pobreza multidimensional experimentadas pelos seus beneficiários? Há diferença de resultados em relação aos desenhos anteriores do programa?

Vagas disponíveis:

Uma vaga.

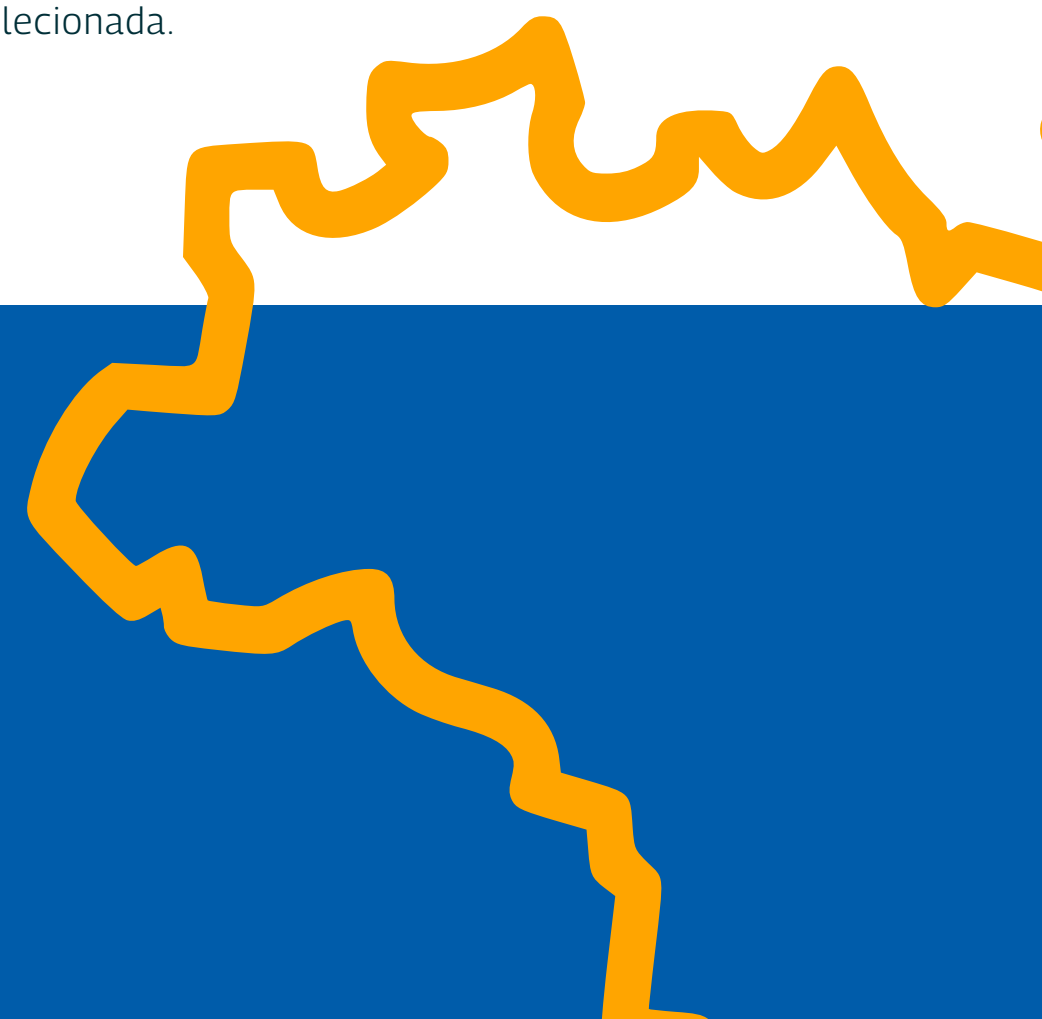


Quantas vagas estão disponíveis?

Estão disponíveis até **7 (sete) vagas**, uma para cada área temática, distribuídas entre os sistemas de ampla concorrência (4 vagas) e o de reserva de vagas (3 vagas) para pessoas com deficiência ou negras - pretas/pardas.

Os temas a serem contemplados pela reserva de vagas são definidos pelas escolhas dos candidatos que optarem por esse sistema, respeitando-se a pontuação mínima de habilitação e o limite do número de vagas disponíveis para o tema e para o sistema de reserva de vagas.

Se pessoas em condições diferentes (PcD ou negra) forem candidatas pelo sistema de reserva de vagas ao mesmo tema, aquela que tiver maior pontuação será selecionada.



Quais documentos são necessários para inscrição?

- Projeto de pesquisa anonimizados;
- Declaração de ineditismo do projeto;
- Declaração de conhecimento das regras do edital;
- Cópia do documento válido de identidade (Carteira de Identidade Nacional, RG, CNH ou Passaporte);
- Versão em PDF do Currículo Lattes atualizado até dois meses antes da data de publicação deste Edital;
- Comprovante da titulação acadêmica em nível de mestrado ou de doutorado (diplomas ou atas de defesa pública), outorgada por curso reconhecido nacionalmente.

Como ocorre o **processo seletivo?**

O processo seletivo ocorrerá em três etapas:

ETAPA 1

AVALIAÇÃO DOCUMENTAL E CURRICULAR:

Verificação dos documentos obrigatórios anexados pela pessoa candidata à inscrição em relação às normas definidas pelo edital, bem como avaliação curricular. Possui caráter eliminatório e classificatório.

ETAPA 2

AVALIAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA:

Avaliação qualitativa do projeto de pesquisa apresentado. Possui caráter eliminatório e classificatório.

ETAPA 3

ENTREVISTA AVALIATIVA:

Arguição das pessoas candidatas que obtiverem a maior pontuação, respeitando a ordem de classificação, paridade de gênero e sistema de reserva de vagas. Possui caráter eliminatório e classificatório. Será realizada por meio de videoconferência.

Como apresentar o **Projeto de Pesquisa?**

Em língua portuguesa, contendo, obrigatoriamente, entre 5 e 8 páginas, descontadas Capa e Referências Bibliográficas, configurado em folha A4, fonte Times New Roman ou Arial tamanho 12; espaçamento 1,5; formato do arquivo PDF, seguindo a seguinte estrutura:

- Capa do projeto, contendo: título do projeto, número/ano do Edital a que se refere e a identificação da área temática escolhida;
- Introdução, contendo a contextualização do problema, do objeto de estudo e a justificativa da sua vinculação à área temática da bolsa;
- Indicação preliminar do delineamento teórico que subsidiará a análise dos dados;
- Explicitação da pergunta de pesquisa e justificativa de sua relevância;
- Objetivos gerais e específicos;
- Metodologia: desenho de pesquisa, fonte de dados e técnicas a serem aplicadas, bem como, caso aplicável, as bases informacionais e softwares que serão utilizados e como serão consultados e/ou adquiridos pelo(a) pesquisador(a).
- Referência bibliográfica, contendo apenas as referências bibliográficas utilizadas estritamente na elaboração do projeto.

Anonimização: o projeto não deve conter elementos que possam identificar a pessoa candidata autora do projeto.

Inscrição e Cronograma

Inscrição

Atividade	Data de início	Data Final
Período de inscrições e submissão das propostas	10/11/2025	23/11/2025
Divulgação do Resultado preliminar da Etapa 1 - AVALIAÇÃO DOCUMENTAL E CURRICULAR	25/11/2025	-
Período para interposição de recursos quanto ao resultado preliminar da Etapa 1	26/11/2025	27/11/2025
Análise dos recursos interpostos à Etapa 1	28/11/2025	28/11/2025
Divulgação do resultado da Etapa 1	01/12/2025	-
Divulgação do resultado preliminar da Etapa 2 - AVALIAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA, bem como do cronograma provisório para a realização das entrevistas	03/12/2025	-
Período para interposição de recursos quanto ao resultado preliminar da Etapa 2	04/12/2025	05/12/2025
Análise dos recursos interpostos à Etapa 2	08/12/2025	08/12/2025
Divulgação do resultados da Etapa 2, bem como do cronograma definitivo para a realização das entrevistas	09/12/2025	-
Período para realização de entrevistas	10/12/2025	11/12/2025
Divulgação do resultado preliminar da Etapa 3 - ENTREVISTA AVALIATIVA	12/12/2025	-
Período para interposição de recursos quanto ao resultado preliminar da Etapa 3	15/12/2025	16/12/2025
Análise dos recursos interpostos à Etapa 3	17/12/2025	17/12/2025
Divulgação do resultado final do processo de seleção	18/12/2025	-
Início da concessão de bolsas	01/02/2026	31/07/2026

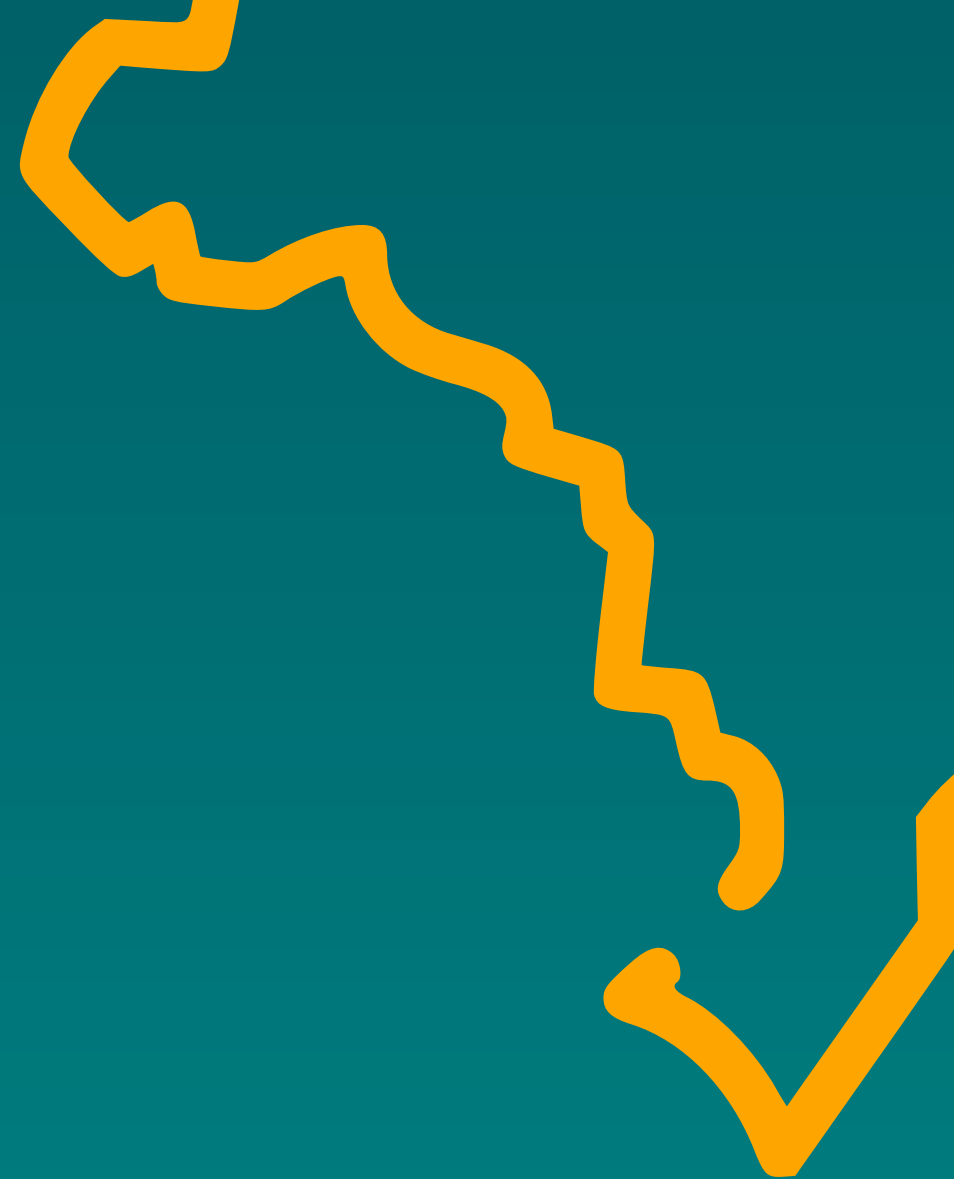
Quer saber **mais informações?**

Acesse o edital completo disponível no portal da Enap, em:
<https://www.enap.gov.br/pesquisa-e-conhecimento/bolsas-de-pesquisa/>

Em caso de dúvidas, entre em contato com a equipe da Coordenação-Geral de Pesquisa, responsável pela organização do processo seletivo, pelo e-mail: pesquisa.enap@enap.gov.br



Programa **CÁTEDRAS** **2025**



enap

MINISTÉRIO DA
IGUALDADE
RACIAL

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO